



OLIVEIRA, Margarida de. Unicamp, a universidade do diálogo. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1984.

Há exatamente três anos, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) vivia a maior crise institucional de sua história. O então governador Paulo Maluf, através de ato assinado pelo reitor Plínio Alves de Moraes, destituiu os diretores de oito das 13 unidades de ensino, nomeou interventores e dispensou os 14 integrantes da diretoria da Associação dos Servidores (Assuc). Havia dois objetivos: esvaziar o movimento de consulta às bases para a eleição

do novo feitor e promover, a toque de caixa, a institucionalização da universidade, a partir de um estudo considerado "ultrapassado e falho". Não se fez nem uma coisa nem outra. O governo recuou diante da forte pressão dos professores, estudantes e funcionários. Mas a crise demonstrou, de forma bastante clara, a fragilidade a que a Unicamp estava exposta, pela ausência da institucionalização. E acabou sendo um grande impulso para a instalação, no ano

seguinte, de um "processo de institucionalização democrática" que, na semana passada, o governador Franco Montoro começou a formalizar, em sua primeira etapa.

A medida inclui novo modelo de composição das congregações das unidades, representação de um quinto de alunos na câmara curricular e a criação do Instituto de Economia. Mas existem outros problemas graves, como a falta de recursos. "Essa dificuldade sempre existirá, porque

o que queremos vai ser sempre inferior ao que vamos ter", prevê o reitor José Aristodemo Pinotti, referindo-se à tradicional falta de verbas, embora ele se orgulhe de ter conseguido, desde o ano passado, "reverter a curva decrescente dos valores orçamentários deflacionados". Mas alunos e professores não pensam assim. Para eles, a escassez de recursos é uma das causas diretas da queda do nível do ensino e do desestímulo dos pesquisadores. O orçamento deste

ano, de uma dotação inicial de Cr\$ 37 bilhões, deverá chegar a pelo menos Cr\$ 80 bilhões até o final do exercício com 60% comprometidos com o pagamento dos 1.500 docentes e 3.500 servidores. A ainda assim será insuficiente. Quase todos os 2.400 projetos de pesquisa em andamento na Unicamp dependem exclusivamente de verbas de convênios e financiamentos diretos de organismos federais.

MARGARIDA DE OLIVEIRA
AG. ESTADO / CAMPINAS



Mudanças, a proposta do reitor

Est. São Paulo - 26-8-84

MUDANÇAS, a proposta do reitor. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1984.

Desde a sua criação, há 18 anos, a Unicamp vem sendo regida por remendos de leis. E foi para tentar a mudança desse quadro que o reitor José Pinotti abriu à participação da comunidade universitária a discussão do projeto de institucionalização. Ele criou para isso a Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU), que entre suas atribuições tem a coordenação do projeto. É uma abertura que todos reconhecem, embora apenas os docentes tenham participado realmente com propostas de mudanças, através de sua associação, a Adunicamp. Os estudantes estiverem um pouco distanciados, como reconhece o próprio DCE (Diretório Central dos Estudantes), alegando que "o tempo é limitado e não permite levar o debate a toda a comunidade estudantil". Quanto aos funcionários, eles admitem que a postura da antiga diretoria da Assuc (que não aceitava participar do processo, a menos que ela fosse paritária) impediu uma integração maior dos servidores dentro do projeto.

Segundo o reitor, a institucionalização, que deverá estar concluída no prazo de um ano, visa basicamente "aproximar a lei da prática".

"As leis, nas universidades em geral, estão de tal maneira divorciadas da prática, que não são obedecidas. A Universidade transforma-se assim numa 'terra sem lei', frágil por dentro, porque fica à mercê de poderes ditatoriais ou de grupos minoritários, e frágil por fora, porque qualquer instituição mais forte no governo pode, de uma hora para outra, tirar a sua liberdade, como aconteceu em 1981."

O responsável pela Assessoria de Desenvolvimento Universitário, o sociólogo Geraldo Giovanni, lembra que as três grandes mudanças que se pretende fazer são: 1) a alteração na forma de composição dos órgãos colegiados, a começar pelo próprio Conselho Diretor; 2) o estabelecimento da carreira de docente, que até agora não existe; 3) a criação do Estatuto dos Servidores. Por enquanto, as mudanças atingiram apenas o primeiro item. O estatuto antigo previa que a Unicamp poderia institucionalizar-se com a instalação, em pelo menos cinco unidades, das congregações formadas por todos os professores titulares, um representante das demais categorias, três alunos no máximo e nenhum funcionário.

Já a nova constituição permite a participação igualitária de professores, um quinto de alunos e de um a três representantes dos funcionários.

Para o presidente da Adunicamp, professor Renato Atilio Jorge, "essa decisão foi importante, pois atualmente o quadro deliberativo dos colegiados — apenas a Faculdade de Ciências Médicas tem congregação — é muito fraco e fica praticamente subordinado ao poder executivo da unidade, que é o diretor".

Juliano Cavino Martorano, estudante de Economia e um dos coordenadores gerais do DCE, acha que o processo de institucionalização tem sido "razoavelmente democrático". A restrição e o descontentamento dos estudantes têm uma explicação: eles alegam que "na pressa de encaminhar a discussão, a reitoria e alguns diretores não permitem que o projeto seja amplamente debatido entre os alunos".

Recursos

Há 12 anos, a Unicamp possuía o mais moderno e mais sofisticado complexo de computadores entre todas as universidades brasileiras. De lá para cá, nada foi renovado. Os equipamentos tornaram-se ultrapassados e insuficientes, colocando em risco as atividades que dependem desses instrumentos em várias unidades de ensino. O problema atinge pelo menos 1.200 dos 12 mil alunos de graduação e pós-graduação da universidade. Este é apenas um exemplo dos problemas de deterioração que a falta de recursos vem pro-

vocando na Unicamp. Durante todo o governo Maluf, ela não recebeu nenhuma verba para investimento. A dotação orçamentária para despesas de capital nunca passou da quantia simbólica de Cr\$ 1 mil.

Segundo o reitor José Pinotti, esse problema particular dos computadores tem preocupado a reitoria desde o início e agora será possível comprar os aparelhos necessários, com base num projeto de remodelação do parque de computadores concluído em junho. O custo estimado é de um milhão de dólares. Mas o reitor entende que "verba a gente cria" e é "normal" que a Unicamp passe por dificuldades.

"Vejo até um papel saneador na própria dificuldade, pois a facilidade de recursos pode ser prejudicial", observa ele, acrescentando que "a universidade já não passa por dificuldades em coisas básicas e o problema não foi resolvido com muito mais dinheiro, mas com a utilização melhor dos recursos, ausência de burocratização e fluidez de decisões."

Novas obras

Quase todos reconhecem que na gestão do atual reitor, iniciada em abril de 82, a situação melhorou. Afinal de contas, a Unicamp, que não construiu há mais de seis anos, está aumentando os espaços físicos de todas as unidades, com um total de 23 mil metros quadrados. E o novo Hospital das Clínicas, no campus universitário, reiniciou as suas obras, depois de uma paralisação de quatro anos. Mas existem ainda problemas por falta de recursos, principalmente nas unidades que dependem de laboratórios, pois não há produtos químicos e aparelhos adequados.

O presidente da Adunicamp revela que "é comum os professores tirarem dinheiro do bolso para fazer slides e assim não prejudicar a qualidade das aulas expositivas. Mas ele adverte que "esse tipo de postura tem um limite, que é o próprio salário do professor, resultando a partir daí uma queda do nível de ensino". O coordenador do DCE, Cavini Martorano, denuncia a falta de professores, livros e apostilas. Segundo ele, a disciplina Geografia Econômica, no curso de Economia, só foi cumprido no ano passado porque, na ausência do professor, os alunos recorreram a debates.

A falta de literatura também é um dos grandes problemas dos pesquisadores. Há mais de dois anos, não têm acesso a publicações atualizadas. Segundo o físico Marcus Zwanzinger, diretor do Instituto de Física, pelo menos 50% do acervo está completamente defasado. Ele diz que a Unicamp vive uma situação de "carência, que pode passar para a de penúria".

"O pesquisador necessita de um mínimo de conforto para produzir, e um deles é a literatura científica. O custo anual desse acervo é de um milhão de dólares, muito pouco para o que produz a Unicamp. Eu prefiro acreditar que o governo desconheça essa realidade, porque é inadmissível que, composto por profissionais que usaram a literatura na sua formação e sabem de seu valor, não tome uma medida de emergência para solucionar esse quadro."

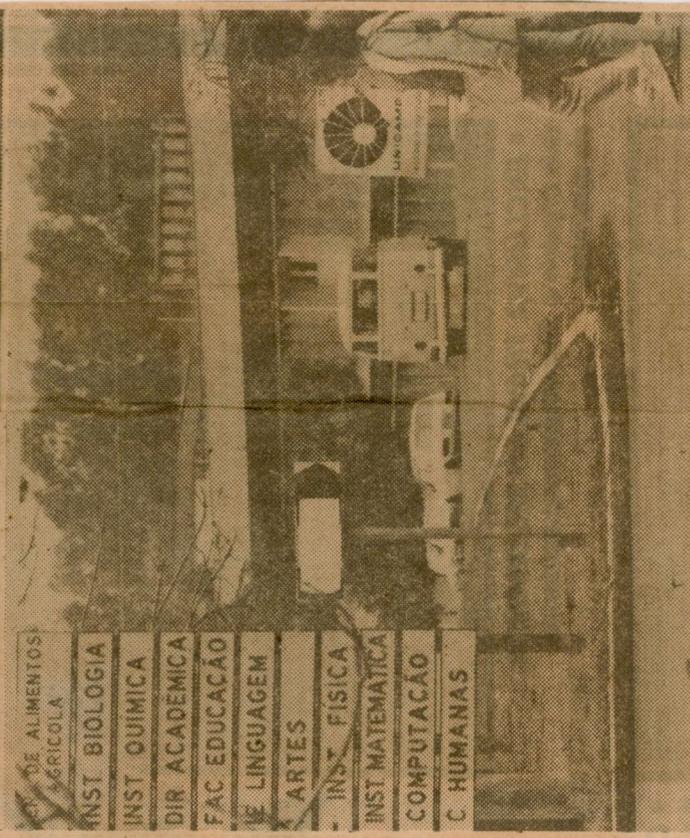
Se fosse depender apenas de recursos do governo estadual, "a Unicamp sobreviveria pouco acima do precário", segundo Marcus Zwanzinger, que lembra o exemplo do próprio Instituto de Física: com uma folha de pagamentos anual de Cr\$ 1,7 bilhão, precisa de quantia igual para levar adiante seus projetos de pesquisa.

"E a Unicamp tem demonstrado que ela tem um produto de mercado para oferecer à sociedade brasileira. Uma prova disso é a fábrica da ABC-Xtal, instalada recentemente em Campinas para produzir fibra ótica a partir de um projeto desenvolvido na Unicamp."

A empresa entrará num mercado que renderá anualmente para o Estado, apenas em ICM, o correspondente a cerca de 7,5 milhões de dólares. Foi o que custou todo o programa da Unicamp, durante dez anos.



DE ALIMENTOS
 AGRICOLA
 INST. BIOLOGIA
 INST. QUIMICA
 DIR. ACADEMICA
 FAC. EDUCACAO
 DE LINGUAGEM
 ARTES
 - INST. FISICA
 INST. MATEMATICA
 COMPUTACAO
 C. HUMANAS



Fotos Waldemar Padonani

O campus, um lugar de vivência e estudos





OS CAMINHOS da Unicamp e a USP. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1984.

Os caminhos da Unicamp e a USP

De acordo com o que estabelece o art. 38 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 — que é a lei de diretrizes e bases do ensino superior —, “o corpo docente terá representação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, bem como em comissões instituídas na forma dos estatutos e regimentos”, acrescentando o § 3º do mesmo artigo que “a representação estudantil não poderá exceder de um quinto do total dos membros dos colegiados e comissões”. A vista dessa disposição legal, em vigor quase há 16 anos, não chegamos a compreender a estranheza dos que se espantaram com a reforma na Unicamp, referendadas, sob o aspecto legal, que é o que lhe compete, pelo Conselho Estadual de Educação, e baixadas, posteriormente, por decreto do governador, estabelecendo a representação estudantil na Câmara Curricular da instituição.

Essa estranheza é injustificável, pois essa representação, para ficar no âmbito da mais tradicional das nossas universidades, a USP, existe, nos termos da lei, desde a aprovação do Estatuto de 16 de dezembro de 1969, decorrente, aliás, da adaptação da universidade à reforma de 1968. Ora, nos vários dispositivos desse Estatuto, que tratam da representação docente, lê-se que esta corresponde a um décimo do total de docentes do colegiado referido em cada caso. Entre esses colegiados está o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade (Cepe), bem como as Câmaras de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão de Serviços

à Comunidade) em que esse Conselho se divide, todas elas com representação estudantil. Ora, a Câmara Curricular da Unicamp corresponde, naquela universidade, ao Cepe — e note-se, de passagem, que a sua própria designação foi emprestada à USP.

De fato, no *Memorial sobre a Reestruturação da Universidade de São Paulo*, divulgado em 27 de junho de 1968, antes da reforma universitária federal, se explicava no capítulo VI, relativo aos Princípios da Organização Curricular, que “os currículos, como instrumentos unificados de diversas disciplinas, em função de um objetivo de formação teórica e profissional, não devem ser planejados por um organismo no qual todos os Institutos estejam representados e ao qual a Comissão de Reestruturação deu o nome de *Câmara Curricular*”. Enquanto o Conselho Universitário da USP, ao discutir o novo Estatuto, preferiu o nome de Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Serviços à Comunidade, a Unicamp ficou com o nome que a Comissão de Reestruturação propusera à USP. O importante, mais do que o nome, evidentemente, é, contudo, a função: e à Câmara Curricular da Unicamp são conferidas atribuições que equivalem às do Cepe da USP. Não há, por conseguinte, motivos para espanto nem louvações, como se um novo princípio tivesse sido consagrado em uma universidade paulista. Mesmo porque se trata, no caso, do cumprimento de uma norma legal de âmbito nacional.

Pode-se, isso sim, sem a menor dúvida, discutir se o legislador de 68, atendendo a um *reclamo político* do momento, nasci-

do de um movimento reivindicatório estudantil que era também essencialmente político, pouco ou nada tendo a ver com o ensino propriamente dito, agiu ou não acertadamente ao estender essa representação a todos os colegiados e comissões de universidade — mas não estranhá-la agora, tantos anos depois, ou considerá-la uma brilhante e inovadora conquista. Até agora, aliás, os representantes estudantis — citamos o caso da USP —, que podem discutir currículos e programas em vários níveis diferentes, nos conselhos de departamento, congregações, Câmara de Graduação e Cepe, têm sido de uma total inutilidade nesse terreno. Ao que sabemos, a única contribuição estudantil no referido campo, contribuição que não se origina dos estudantes que pretendem estudar, aprender e desenvolver-se, mas dos que vivem a serviço da ideologia evidentemente por docentes que têm os mesmos objetivos, tem sido a de *contestar* currículos ou programas que não estejam impregnados da ideologia subdesenvolvida (como o é, aliás, toda ideologia) dominante nos meios subintelectuais por que se sentem fascinados.

É assim, a pretexto de que o professor que realmente ensina, porque tem algo a transmitir, é um “opressor”, e o aluno, que não quer aprender, é um “oprimido”, numa perversa e irresponsável tentativa de introduzir a “luta de classes” na universidade, como se professores e estudantes constituíssem “classes” (e classes com interesses antagônicos!), que os estudantes profissionais, dirigidos por seus mentores ideológicos, têm contribuí-

do para “o aprimoramento do ensino universitário”.

Muito mais perigosa do que a simples presença de estudantes num conselho de ensino — seja ele departamento, congregação ou câmara — é a tendência ao *nivelamento* que registramos nessa tardia institucionalização da Unicamp, nivelamento que se verifica no atribuir o mesmo peso a docentes em diferentes níveis de carreira, como se um auxiliar de ensino e um professor titular, por exemplo, devessem ter, em tese, as mesmas responsabilidades na vida da universidade. Aliás, esse pouco apreço à hierarquia e à carreira, que sentimos nessa tardia institucionalização, talvez se deva, ao menos em parte, à própria história da Unicamp, em que era freqüente a classificação de docentes contratados à USP em níveis da carreira superiores a seus títulos. O que levou, aliás, naquela universidade, à confusão entre professores titulares e professores que recebiam vencimentos de titulares: mostra-o a lista séxtupla para a escolha do reitor, que foi submetida ao então governador Paulo Egídio Martins, e na qual havia apenas um titular de fato e de direito, que foi, aliás, o escolhido.

Seja como for, contudo, os caminhos que a Unicamp pretende seguir não conflitam com a lei, e só podemos desejar que os seus resultados não venham a ser aqueles que, com alta dose de probabilidade, nos parecem previsíveis. E, principalmente, que uma universidade cingüentenária, com tradição muito maior e institucionalizada, como a USP, não se sinta tentada a enveredar pela mesma trilha.

Ext. S. O
26-8-84



"GREVES e pressões são frutos da indefinição". O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1984.

"Greves e pressões são frutos da indefinição"

Eram 300 funcionários grevistas rezevando-se nas três entradas, sitiando o edifício. Durante seis horas, no dia 26 de abril, eles impediram a saída de 80 assessores e professores, cortaram a água e não impediram a entrada de lanches. O movimento era uma pressão contra o reitor José Aristodemo Pinotti, para forçá-lo a atender às reivindicações dos servidores. Avisado a tempo, ele nem foi ao *campus*.

O vice-reitor Ferdinando Figueiredo recusou-se a receber uma comissão de negociação que incluía um vereador do PT e um funcionário licenciado. O protesto só acabou por causa de divergências entre os líderes e, alguns dias depois, terminou a greve, com brigas e rompimento entre os grupos que se identificavam com o PT e o PMDB. Os petistas acusaram a diretoria da Associação dos Servidores de permanecer ao lado do governo estadual, durante o movimento.

Mas as reivindicações se estenderam ao setor de obras, onde 500 empregados que tinham sido contratados pela universidade temporariamente foram orientados para exigir estabilidade no emprego, além de outros benefícios. Eles iniciaram uma operação-tartaruga, comprometendo as obras dos 23 mil metros quadrados de prédios em construção. A reitoria adotou então uma medida drástica: demitiu seis operários que lideravam o boicote e advertiu que repetiria a dose, se houvesse mais subversão da ordem.

Para o reitor, esse tipo de mobilização tem uma explicação clara: a fragilidade institucional e política das universidades, ao lado de permissividade instaurada e quase legitimada no meio universitário. Segundo ele, num momento de indefinição política, a universidade acaba sendo um espaço para "atuações demagógicas".

Pinotti é defensor do diálogo e acredita que tenha conseguido manter um relacionamento aberto com os professores, alunos e funcionários em seus dois anos e meio de reitoria. Mas também considera indispensável a autoridade, "que não deve ser procurada nas formas de autoritarismo de alguns poucos anos atrás".

"A autoridade é absolutamente necessária para reitorar — acentua ele — mas só é forte se for usada em benefício de uma instituição. Se usada de maneira errada, ou em causas injustas, o reitor perde a autoridade."

O presidente da Adunicamp, Renato Jorge Afilio, acha que "a grande tônica hoje da Unicamp são as saídas negociadas".

"A gente vê um avanço democrático na Unicamp no aspecto da negociação, diferente de outras universidades onde o processo está estancado". Ele considera que os professores têm conseguido "boa condição de diálogo com a reitoria".

Mas nem tudo o diálogo tem resolvido na Unicamp. Os 600 alunos da Faculdade de Medicina, por exemplo, arrastam há vários dias uma greve, por não concordarem com a indicação do novo diretor de sua unidade. Para eles, Pinotti não respeitou a vontade da maioria, ao não acatar o primeiro nome da lista sêxtupla, José Martins Filho, o mais votado na consulta às bases. Depois de uma série de controvérsias, envolvendo até o compromisso dos outros cinco candidatos de não aceitarem o cargo, caso fossem nomeados (compromisso retirado depois), o reitor acabou escolhendo o segundo nome, o do médico Frederico Novaes de Magalhães. Convocado um plebiscito, a maioria dos 300 professores da Medicina con-

cordou com a indicação, mas os estudantes resistem.

Os estudantes, que mantêm certas reservas em relação ao professor Pinotti — "porque chegou de forma indireta à reitoria" —, admitem que o acesso ao reitor é fácil. Esta é a opinião de três integrantes do movimento estudantil no *campus*: Luciano Olivar Patrício, terceiranista de Engenharia Agrícola e um dos coordenadores do DCE; Luiz Eduardo Faddul, segundanista de Economia; e Laerte Amaral, terceiranista de Ciências Sociais. Mas eles fazem uma restrição:

"O reitor não se recusa a nos receber e a nos ouvir, mas também não soluciona os problemas, que são tratados por uma série de comissões. Em última análise, elas decidem o que a reitoria quer."

De dois anos para cá, os estudantes e os funcionários obtiveram maior representatividade dentro da Unicamp, o que resultou também em maior poder de barganha nas negociações. Os estudantes conseguiram representação de 1/5 no conselho diretor e participação nas comissões de alimentação e transportes e na própria câmara curricular. Os funcionários também participam das duas comissões e têm direito a um representante, sem voto, no conselho diretor.

Segundo Luciano Patrício, "essas comissões acabam sempre decidindo em favor da reitoria, que tem maior representação". Ele observa que, na hipótese, por exemplo, de um movimento contra um aumento do preço da refeição no restaurante do *campus*, a arma dos estudantes acaba sendo a greve, porque a decisão da comissão de alimentação não os atende.

Nos últimos três anos, vários diretores de unidades foram indicados a partir de uma lista sêxtupla ou triplíce — dependendo do instituto e da faculdade — de acordo com a preferência revelada pela consulta às bases. Para os alunos, isso significou "um canal a mais na negociação com a esfera mais alta da universidade, a reitoria".

Mas a aliança só é possível — dizem eles — quando se trata de problemas menores:

"Quando os assuntos são mais políticos, como a institucionalização, por exemplo, a articulação com os diretores torna-se muito difícil".

Tentando dinamizar os serviços da Unicamp, montada sobre um modelo centralizador, o professor Pinotti desdobrou a administração central, há um ano, em três órgãos: Diretoria Geral da Administração, Diretoria Geral de Recursos Humanos e Prefeitura Universitária.

"Nós sentíamos antes — afirma Maria Lúcia Tojal, diretora da Diretoria Geral de Administração — que todos os processos acabavam desaguando na mesa do reitor. Muitas coisas podem ser resolvidas nas unidades e, por isso, o reitor delegou também maior autonomia aos diretores das unidades.

A burocracia está diminuindo, todos reconhecem. Até pouco tempo, uma goteira esperava seis meses pela aprovação de um processo. "O reitor decidia até sobre a compra de uma vassoura", lembra o professor Pinotti.

Isso ele não faz mais. Continuam, porém, centralizadas na reitoria as decisões de muitos serviços, como a contratação de pessoal, processos de seleção, aquisição de material em grandes volumes. É uma tendência que vai continuar, prevê Lúcia Tojal, "porque o processo de descentralização é anti-econômico, na medida em que se tem de criar novas estruturas".

O sonho do criador: "celeiro de cérebros"

Uma universidade projetada para ser finita, com uma dinâmica capaz de adaptar seus cursos à demanda do mercado de trabalho, essa é a característica que faz da Unicamp, implantada em 1966, uma instituição diferente das outras. Seu criador, o professor Zeferino Vaz, idealizou uma comunidade de grandes talentos:

"Uma universidade se constrói com cérebros, cérebros e cérebros", costumava ele dizer. Como reitor, não mediu esforços para contratar nomes famosos de todas as áreas, dentro e fora do País. Muitos continuam na universidade, mas boa parte saiu, principalmente quando se agravou o problema que tem atingido todas as universidades brasileiras: a falta de recursos.

O sonho de Zeferino Vaz era criar um "celeiro de cérebros". Em Campinas, isso lhe valeu uma freqüente crítica dos alunos, que acusam a Unicamp de elitista e voltada para a pós-graduação. De fato, o contingente de pós-graduados é que mais tem aumentado nos últimos anos. Eram 900 alunos há cinco anos, agora são quatro mil. Esse crescimento levou a

universidade a fixar uma cota máxima de seis mestrandos e de três doutorandos para cada orientador. Mas, segundo o diretor acadêmico Antônio César Amora Aliandro, isso não significa que o ensino da Unicamp seja voltado para a pós-graduação.

"Prova disso é que a maioria dos pós-graduados vem de outras instituições. E o aumento dessa procura é natural, na medida em que a Unicamp trouxe muitos especialistas, formando um elenco de docentes titulados que atraem as pessoas com interesse nessas áreas específicas".

Amora Aliandro ressalta que a Unicamp tem, ao mesmo tempo, a preocupação de oferecer cursos novos de graduação, além de adaptar os que já existem às exigências do mercado de trabalho. Dentro dessa ótica, foram adaptados nos últimos anos os cursos de Química Tecnológica, Física Aplicada e Matemática Computacional.

A Unesp, que nasceu com a pretensão de ser diferente, está pagando agora pelo seu pe-

Atualmente, no campus de Barão Geraldo, em Campinas, existem 25 cursos de graduação e 55 específicos em pós-graduação, a maioria criada a partir de 76. Em Limeira, funciona a Faculdade de Engenharia Civil e, em Piracicaba, a Faculdade de Odontologia. A população estudantil global é de 12 mil alunos, embora a universidade tenha sido projetada para receber 15 mil. Os eventuais aumentos do contingente de estudantes se devem mais à criação de novos cursos do que ao crescimento do número de vagas, estagnado há sete anos. Isso afasta, até certo ponto, o fantasma do gigantismo. Cerca de 70% dos alunos são de outras cidades paulistas, do Sul de Minas e do Norte do Paraná.

A maioria dos cursos da Unicamp é um "espelho" do mercado de trabalho. Exemplo disso é a Ciência da Computação — um dos cursos pioneiros, ao lado de Engenharia de

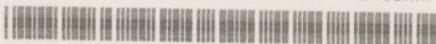
cado de origem: começou grande demais. Leia a reportagem da próxima quinta-feira

Alimentos — que passou de quinta opção há quatro anos para primeira em 1984. As 70 vagas oferecidas pelo curso atraíram nada menos do que 5.618 candidatos nos vestibulares deste ano. Segundo o diretor acadêmico, as empresas vão buscar no campus os alunos de Ciência da Computação. O mesmo acontece com a Engenharia Elétrica que acabou empurrando a Medicina (curso mais tradicional e mais procurado) para o terceiro lugar.

Numa escala de hierarquia decrescente vêm em seguida na preferência dos candidatos: Odontologia, quase todas as áreas de Engenharia — sobretudo a Elétrica, a Agrícola, a Química e a de Alimentos — Economia e Engenharia. O último colocado é o de Estatística, o que se deve talvez, segundo Amora Aliandro, ao fato de estar mais voltado para a formação teórica do que técnica. Existem também cursos que ainda não foram testados pelo mercado de trabalho, como o de Composição e Regência cuja primeira turma se forma este ano, e o de Educação Artística modalidade de Artes Plásticas, iniciado agora em 84.

O SONHO do criador: "celeiro de cérebros".
Paulo, 26 ago. 1984.

O Estado de São Paulo, São





A CIDADE dos estudantes. O Estado de São Paulo, São Paulo, 26 ago. 1984.

A cidade dos estudantes

O campus de Barão Geraldo concentra 90% de toda a estrutura da Unicamp. Tem uma área de 2,2 milhões de metros quadrados, com 120 mil metros quadrados construídos e mais 23 mil metros quadrados em construção. Ali funcionam 14 unidades, de ensino e de administração, com uma população fixa de 20 mil pessoas, o que equivale a uma cidade como a vizinha Paulínia, com todos os problemas de transporte, segurança, alimentação e saneamento básico.

Em função disso, o reitor José Aristodemo Pinotti criou há um ano uma prefeitura no campus universitário, sob a responsabilidade do economista Osmar Marchesi. Ele tem as mesmas atribuições de qualquer prefeito, com uma diferença: não tem um orçamento (a verba é controlada pela reitoria) e não conta com nenhum tipo de arrecadação da comunidade. Pelo contrário, grande parte dos serviços que administra é subsidiada pela universidade. Um exemplo são os dois restaurantes que servem seis mil refeições diárias, com um custo mensal de Cr\$ 120 milhões. Apenas 15% desse total, segundo Marchesi, retornam à universidade, pois alunos e professores pagam Cr\$ 300 e 70% dos funcionários só desembolsam Cr\$ 25 por refeição.

A situação é semelhante no transporte: a Unicamp subsidia 50% do passe normal de transporte coletivo para as oito mil viagens feitas diariamente pelos estudantes. Além disso, responde integralmente pelas despesas com o transporte fretado (são Cr\$ 100 milhões mensais) para os quatro mil funcionários que pagam um preço simbólico de um cruzeiro por passe.

Foi só este ano que a Unicamp pôs em prática um velho projeto de utilização do campus também à noite, desdobrando para este período — das 20 às 23 horas — algumas disciplinas dos cursos de Física e Matemática. Por enquanto, é apenas uma experiência, que será ampliada no ano letivo de 1985. Os candidatos aos vestibulares do próximo ano já poderão fazer opção de frequência noturna de cursos regulares de graduação, pelo menos no ciclo básico. O projeto, que está em fase de avaliação, deverá ser estendido às outras unidades de ensino. A Unicamp encara esse programa como "fundamental para a realidade democrática da instituição e do Estado", entendendo ainda que isso faz parte do "papel social da universidade, que não pode privilegiar os que não precisam trabalhar".



Foto Waldemar Padovani

No restaurante, refeições subsidiadas